ABORTO LEGAL: CONFLITO ENTRE DIREITO E VALORES RELIGIOSOS EM UM ESTADO LAICO

Autor(res)

Thiago Luiz Sartori
Tatiele Nascimento Da Silva
Tássia De Matos
Gerson Messias Albim Nogueira
Davidson David Amaro Mota
Marcia Carolaine Lima Da Silva

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SÃO PAULO

Introdução

É notório que mesmo em um Estado laico, a influência e intervenção religiosa em questões sociais e políticas ainda se faz presente, podemos tomar como exemplo o debate legislativo no Brasil referente a criminalização do aborto em casos de estupro, no Direito Penal Brasileiro o aborto é considerado crime, porém, nos casos em que o aborto é necessário para salvar a vida da gestante e nos casos de gravidez resultante de estupro o ato do aborto é descriminalizado, também é permitido no Brasil a interrupção da gravidez nos casos em que seja constatado, por meio de laudo, a anencefalia do feto, tal condição é caracterizada pela ausência parcial do encéfalo e da calota craniana. A intervenção direta da religião em discussões sociais dentro de um Estado laico trouxe diversos problemas, religiosos condenam àqueles que praticam o aborto, imputando crenças para uma sociedade que não possui a obrigação de compartilhar os mesmos dogmas.

Objetivo

O presente artigo possui o objetivo de discutir e apresentar como a influência da religião em um Estado laico atinge diretamente problemas sociais que são trazidos ao legislativo.

Material e Métodos

O presente estudo empregou pesquisas bibliográficas e documentais, utilizando-se a legislação brasileira, como também, artigos selecionados em bancos de dados como os do Senado Federal, sendo o aborto uma questão extremamente importante de ser debatido pois possui aspectos de cunho jurídico, moral religioso, ético e de saúde pública foram utilizadas diversas fontes de pesquisa para um maior aprofundamento no tema proposto.

Resultados e Discussão

O aborto é um tema extremamente importante de ser discutido, porém, um tema complicado e polêmico, os debates e discussões relacionados ao tema abordam a vida de dois indivíduos que possuem personalidade e

concomitantemente direitos que se chocam, a religião considera o ato do aborto um pecado gravíssimo que atenta contra a vida humana e contra Deus, tornando-se uma pratica extremamente inaceitável e condenável. Tal argumento ignora outros aspectos importantes de serem analisados, como as complicações da gravidez pois em muitos casos o parto pode trazer riscos de vida de ambas as partes, a gravidez provinda do crime de estupro traz complicações ainda maiores pois afeta diversos aspectos da vítima, a criança traria novamente memorias do sofrimento e abuso que a mãe sofreu, a decisão sobre levar tal gestação até o fim, deve ser exclusivamente da vítima do crime e não ser baseado em dogmas religiosos dentro de um Estado essencialmente laico.

Conclusão

O Estado deve garantir o Direito ao aborto legal visto que o ato de interromper a gravidez acontece por situações tristes e traumáticas que a mulher vivenciou, criar mais dificuldades ou empecilhos em um momento tão delicado da vida desta mulher, significaria uma nova violência contra a mesma, trazendo mais dor e sofrimento para uma pessoa que já sofreu muito por abuso sexual ou pela dor de saber que seu filho possui anencefalia.

Agência de Fomento

FUNADESP-Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular

Referências

FERNANDES, Gabrielle. “A influência da religião na criminalização do aborto”. Jusbrasil. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-influencia-da-religiao- na-criminalizacao-do-aborto/1237001376. Acesso em 03 de julho de 2024.

TRINDADE, Janaína M. RAGGI, Bruna Pereira do V. F. GUERRA, Hudson H. GUERRA, Kellen Margareth P. P. “Religião e a legalização do abordo”. Revista Eletrônica de Teologia e Ciência das Religiões. Disponível em: file:///C:/Users/43602788881/Downloads/joseadriano,+8.+Religi%C3%A3o+e+a+legaliza%C3%A7%C3%A3o+do+aborto.pdf. Acesso em 03 de julho de 2024.

GONÇALVES, Tamara Amoroso LAPA, Thaís de Souza. “Aborto e Religião nos Tribunais Brasileiros”. Instituto para a promoção da equidade. 1 ed. 2008. Disponível em: https://www.clam.org.br/uploads/conteudo/DocumentoAborto_religiao.pdf. Acesso em 03 de julho de 2024.